



CONSEMA, 30 ANOS!

Criado pelo governador Franco Montoro quando o Brasil saía do período autoritário que amordaçou o pensamento livre e impôs, sem discussão, um modelo de desenvolvimento predador do meio ambiente, o CONSEMA nasceu no dia 26 de abril de 1983, no momento em que o regime militar se retirava e começava o processo de redemocratização do país. Transformou-se imediatamente em caixa de ressonância dos problemas ambientais do Estado de São Paulo e catalizador de demandas oriundas não apenas dos vários segmentos institucionais e sociais que o integravam, mas de toda a sociedade.

No início era pequeno no tamanho (apenas 16 conselheiros, enquanto, a partir de 1988, passou a ter 36 integrantes), mas foi concebido como um Colegiado de alto nível, composto por secretários de Estado, presidentes de estatais e de órgãos públicos e representantes da sociedade civil, com o próprio governador como seu presidente.

Colocou-se em marcha rapidamente, para cuidar das muitas questões pendentes com as quais se confrontou. Como bem retrata Daniela Chiaretti nas “Imagens da Trajetória do CONSEMA”, texto que abre a publicação “CONSEMA, Dez Anos de Atividades” (São Paulo-Estado, 1993, p. 22), nos seus primeiros anos, “o Colegiado fala sobre tudo e todos. Suas manifestações transcendem as questões ambientais puras, abordam problemas de saúde pública, são endereçadas a personalidades internacionais, enfocam guerras, manifestam pesar diante de mortes. Algumas deliberações são fundamentais, outras são curiosas, outras inócuas. Todas refletem a vertigem democrática do momento...”.

De fato, o CONSEMA manifestou-se de pronto sobre uma gama enorme de assuntos, alguns deles relacionados com problemas externos, vide a moção enviada ao governo da Índia manifestando pesar pelas vítimas do acidente de Bhopal e a mensagem encaminhada ao Imperador Hiroito solicitando posicionamento contra o uso indiscriminado de agrotóxicos. Mas foi por São Paulo que cerrou fileiras a favor do meio ambiente, aprovando em sua primeira reunião plenária a proposta de criação de áreas de proteção ambiental (APAs), em favor das gerações futuras, e de realização de estudos para proteger os mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, encetando, em seguida, entre outras batalhas, a luta contra a possível instalação de usinas nucleares na região de Iguape e Peruíbe pela Nuclebras, uma luta pela Jureia, que culminou na sua transformação em Estação Ecológica, recentemente reconfigurada pela Assembleia Legislativa do Estado para constituir o grande Mosaico de Unidades de Conservação da Jureia-Itatins. O objetivo da Estação Ecológica era bloquear o assédio imobiliário na região e preservar a Mata Atlântica. A própria Serra do Mar, transformada em APA pelo governo a pedido do CONSEMA, foi tombada, em seguida, pelo Condephaat com o apoio do Conselho, com o fim de se resguardarem os remanescentes da Mata Atlântica no Estado. Cubatão foi também uma preocupação recorrente, por causa da degradação que o processo de industrialização acarretara. Exemplos não faltam e são conhecidos.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Interessante é que, mesmo sendo por mais de vinte (20) anos um Conselho meramente consultivo, agiu sempre com grande competência e assumiu funções que lhe angariaram legitimidade tal que, a partir do momento em que a Resolução CONAMA 01/1986 estipulou a necessidade de EIA/RIMA-Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente para empreendimentos capazes de causar significativo impacto ambiental, assumiu a tarefa de apreciá-los, e teve suas deliberações sempre respeitadas, tanto pelos poderes constituídos, como pela sociedade. Nesta linha, tem apreciado com zelo, entre outros grandes projetos e empreendimentos, plantas industriais para a transformação dos mais variados produtos, aterros sanitários para disposição adequada do lixo, os grandes modais rodoviários, cujo último exemplo marcante é o Rodoanel Metropolitano Mário Covas.

Um marco importante da história do Conselho é o fato de a Constituição de São Paulo, de 1989, tê-lo acolhido como parte importante do SEAQUA-Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais do Estado e determinado que se transformasse em órgão normativo e recursal. A Lei 13.507/2009 e o Decreto 5.087/2009 que a regulamentou cumpriram o mandato constitucional, transformando-o em órgão consultivo, normativo e recursal, que integra o SEAQUA, com competências legais para opinar sobre a prevenção da poluição, emitir pronunciamento prévio sobre políticas públicas com relevante impacto ambiental, manifestar-se sobre a Avaliação Ambiental Estratégica das políticas, planos e programas ambientais, decidir os recursos que lhe forem submetidos na forma regimental, entre outras, mas, sobretudo, a competência para “estabelecer normas relativas à avaliação, ao controle, à manutenção, à recuperação e à melhoria da qualidade ambiental” (Art. 2º, I, da Lei 13.507/2009).

Nesta nova fase, o Conselho não deixa de apreciar EIAs/RIMAs em algumas circunstâncias específicas, mas a sua preocupação agora, sem descuidar do micro, é sobretudo o macro, a saber, a ideia de que se ocupe principalmente com as grandes questões ambientais, fixando critérios e padrões para defender a Natureza e os recursos naturais, e estabelecendo normas para preservar, conservar ou recuperar a qualidade ambiental do Estado.

Novidade dessa nova etapa é a previsão em lei de que o Conselho se regionalize, instituindo Câmaras Regionais como colegiados consultivos encarregados da discussão e da elaboração de normas e de políticas ambientais de suas respectivas áreas territoriais de competência, a serem apreciadas pelo Plenário. Obviamente, não teremos vários conselhos decidindo ao mesmo tempo, mas as grandes regiões do Estado poderão tomar a iniciativa de propor ao Plenário, “órgão superior de deliberação do CONSEMA” (Art. 6º), normas e políticas ambientais de seu interesse.

Por meio da Deliberação CONSEMA 22/2010, o Plenário, levando em conta as grandes bacias hidrográficas do Estado que apresentam características distintas de ocupação e de desenvolvimento econômico ao longo de seu território, já fixou uma diretriz geral que prevê a instituição de nove (9) Câmaras Regionais, propondo que apenas duas ou três sejam criadas inicialmente, antes de se estender a experiência para todo o Estado. Por meio da Deliberação CONSEMA 31/2011, as duas primeiras – a do Alto Tietê e a do Ribeira de Iguape/Litoral Sul e Alto Paranapanema – já foram criadas, e estamos em fase de negociação com os atores regionais envolvidos, para que sejam instaladas.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

A transição para este novo modo de ser e de funcionar do Conselho ainda está em curso. O próprio poder normativo colocado em suas mãos ainda não parece ter sido percebido, compreendido e apreendido em sua inteireza. Na verdade, no passado, quando ainda moldados pelo Decreto 30.555/1989, a ambiguidade na definição das atribuições da SMA-Secretaria do Meio Ambiente e do CONSEMA criava zonas de conflito. Como já escrevi em outro lugar, algumas vezes era a SMA que se sentia “invadida” pelo Conselho; outras, era este que se sentia “usurpado” de suas atribuições. Agora, que não existe mais confusão acerca do que compete a cada uma dessas instâncias enquanto constituintes do SEAQUA, o desafio maior do Conselho é compreender o alcance do que lhe compete privativamente e pôr em marcha a força motriz do seu conjunto, para levar à identificação dos problemas a serem resolvidos, avaliando estrategicamente o que for proposto para ser implementado e estabelecendo as normas específicas para regular as intervenções e a conduta dos vários atores envolvidos, a fim de se promover a preservação, a conservação e a melhoria do meio ambiente, sem impedir o desenvolvimento do Estado.

Germano Seara Filho
Secretário-Executivo do CONSEMA

Nota Explicativa

Além do texto do presidente e deste meu pequeno texto comemorativo acima, estão sendo colocados no *pendrive* o livro “CONSEMA-Vinte Anos de Decisões a Favor de São Paulo”, que contém pronunciamentos dos atores que estiveram por trás da criação e da afirmação do Conselho e as deliberações por ele tomadas nos seus primeiros vinte anos. Num outro arquivo, são colocadas também as deliberações dos últimos dez anos, permitindo-se a consulta a todas as decisões tomadas pelo Conselho nos seus trinta anos de existência. Para completar, são inseridos também a Lei 13.507/2009 que rege o Conselho e o Decreto 55.087/2009 que a regulamentou, assim como o Regimento Interno.

